



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
COORDENADORIA DE ENGENHARIA
ASSESSORIA DE SUPORTE E FISCALIZAÇÃO AOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

PROJETO BÁSICO
OBRAS E SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA
ANEXO I DO EDITAL

I - Objeto

I.1 - Obras de recuperação estrutural do pilar de concreto armado em prédio do patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, ora cedente, situado na rua Expedicionário Paulo Moreira, 67, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, utilizado por este Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) para abrigar o cartório da 95ª zona eleitoral, na condição de mero cessionário, pelas razões evidenciadas nos processos administrativos 2024.0.000001886-8 e 27887/2006.

I.2 - A obra em questão é considerada comum.

I.3 - O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

II.1 - Conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar de 18/8/2025, da Assessoria de Suporte e Fiscalização aos Serviços de Engenharia - ASSENG, de id. 4569900, aprovado em 18/8/2025 pelo senhor Secretário de Manutenção e Serviços Gerais, Fulvio Coelho Fonseca, conforme consta no id. 4602884, justificando-se a contratação em virtude:

II.1.1 Da necessidade de recuperação estrutural de pilar de concreto armado que foi parcial, técnica e equivocadamente mente demolido pelo TRE-RJ;

II.1.2 - Das especificações técnicas do serviço: a ocorrência da demolição do pilar de concreto armado incluiu, ainda, o seccionamento de barras de aço resistentes a esforços de provenientes de ações horizontais na estrutura, tais como compressão, flambagem ou esforços de segunda ordem, aliada à ausência de projetos "as built" e de dados da resistência dos materiais, exigirão a atuação de especialista para a elaboração de projeto estrutural executivo mediante a prospecção de dados obtidos a partir da demolição de trechos para a observação de imperfeições e detalhamentos da disposição das armaduras existentes;

II.1.3 - Do quantitativo de serviço: estimativas baseadas na necessidade de reposição de aço após demolições que permitam o transpasse de barras, elaboração de fôrmas de madeira e preenchimento

com graute, também conhecido por microconcreto especial, de alta fluidez e resistência, usado na construção civil para reforçar estruturas.

III - DESCRITIVO DA OBRA

III.1 - A edificação se encontra descrita no SEI 2024.0.000001886-8, de onde se denota que este TRE-RJ é cessionário de espaço da ordem de 40m², tudo constante do processo SEI 27887/2006.

III.2 - A execução dos serviços exigirá a desocupação do espaço para que o pilar de concreto armado, que foi demolido, seja recuperado às suas dimensões originais, incluindo-se a reinstalação de armaduras de barras de aço que foram seccionadas.

III.2.1 - Sob a ótica da Engenharia Civil, a demanda se refere a reconstrução de elemento estrutural, cuja demolição do pilar de concreto armado ocorreu por razões desconhecidas, porém reduziu a área de sua seção resistente, com repercussão na capacidade portante e nas condições de serviço, trazendo, ainda, incertezas na solidez e a na estabilidade da edificação, notadamente por ter havido o seccionamento de barras de aço longitudinais, transversais e de estribos.

III.3 - Observa-se, ainda, que para a recuperação estrutural das regiões do pilar de concreto armado demolidas pelo TRE-RJ, haverá as necessidades de perfuração de vigas e laje, tornando a determinação de quantitativos ainda mais impreciso em face dos inúmeros resultados possíveis quando se executam tais serviços.

III.4 - O espaço possui características de uso corporativo e de escritórios, em consonância, em tese, com as cargas variáveis indicadas pela tabela 10 da norma técnica ABNT NBR 6.120:2019, ou em edição coerente com a idade da edificação, sabendo-se que a primeira versão data de 1º de janeiro de 1943.

III.5 - A empresa contratada deverá executar os serviços de acordo com os seguintes projetos e documentos:

III.5.1 – Anexo I-A: projetos e detalhamentos - estado da arte - id. 4497537.

III.5.2 - Anexo I-B: estimativa de quantitativos (memória de cálculos) - id. 4898415.

III.5.3 - Anexo I-C: curva ABC (insumos mão de obra e exceto mão de obra) - id. 4898420.

III.5.4 - Anexo I-D: cronograma físico - id. 4510358.

III.5.5 - Anexo I-E - ordem de serviço - id. 4541820.

III.5.6 - Anexo I-F - planilha de orçamento sintético - id. 4898423.

III.5.7 - Anexo I-G - planilha de orçamento analítico - id. 4898859.

III.5.8 - Anexo I-H - curva ABC de insumos (global) - id. 4898895.

III.5.9 - Anexo I-I - planilha de formação de preços - id. 4898908.

III.5.10 - Anexo I-J - planilha de composição do BDI do licitante - id. 4898919.

III.5.11 - Anexo I-K - caderno de encargos e memorial descritivo das especificações - id. 4898924.

III.5.12 - Anexo I-L - planilha de gerenciamento de riscos - id. 4727862.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

IV.1 - A obra em questão é considerada comum.

IV.1.1 - Recuperação estrutural de elemento de concreto armado é serviço usual para o mercado da construção civil brasileiro, de reconhecido domínio técnico do assunto, notadamente, neste caso, por se tratar de um único pilar, cujos serviços constam das bases de preços consolidadas pela IN TRE-RJ GP 8/2019 e pelo Ato TRE-RJ GP 340/2018.

IV.1.2 - Vale destacar, ainda, que o contratado poderá identificar, bem como avaliar as geometrias das próprias bitolas das barras de aço existentes as quais foram demolidas, seccionadas e removidas.

IV.1.3 - De posse de tais levantamentos e dados, o contratado poderá cotejar a taxa de armadura existente com as recomendações da NBR ABNT 6.118:2024, sem prejuízos para a apresentação quantitativa dos esforços envolvidos, de modo que, em quaisquer circunstâncias, estejam analiticamente demonstradas a solidez e a estabilidade do pilar recuperado no tocante aos esforços por ele resistidos, assim como dos elementos estruturais com os quais imediatamente interage.

IV.2 - Habilitação Técnica:

IV.2.1 - Habilitação técnica operacional - comprovação de aptidão para a prestação dos serviços com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, mediante a apresentação dos requisitos e documentos descritos no item X.7.

IV.3 - Vistoria:

IV.3.1 - Os interessados poderão realizar visita técnica no local de execução dos serviços, mediante agendamento prévio com a Coordenadoria de Engenharia [telefone: (21) 3436-8083], ou via e-mail coeng@tre-rj.jus.br, no horário compreendido entre 12h e 17h, a fim de tomar conhecimento de todas as peculiaridades e do grau de dificuldade relativos à execução do objeto. Embora facultativa, a vistoria é recomendável, motivo pelo qual os interessados poderão observar, no local, as premissas e restrições existentes, assegurando-se das respectivas condições de trabalho e de acesso.

IV.3.2 - Desse modo, oportuniza-se que as propostas dos interessados contemplem as condições adequadas de planejamento e de exequibilidade mediante as considerações de escopo, de prazos de execução e de custos dos serviços. O interessado que não vistoriar os locais assumirá todos os ônus referentes ao não conhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir dessa vistoria, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer desconhecimento posterior para a realização do serviço.

IV.4 - Custos de horário improdutivo, de depreciação e de manutenção de equipamentos: As regras consideradas para apuração de custos são as constantes das composições de custo unitário dos sistemas de referência de preços utilizados.

IV.5 - Normas Técnicas aplicáveis: a execução dos serviços e os materiais que comporão o objeto desta contratação deverá seguir rigorosamente o disposto nas normas técnicas vigentes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, em suas últimas edições publicadas, em especial: ABNT NBR 6.118:2023 – versão corrigida 2:2024 - projeto de estruturas de concreto – procedimento; ABNT NBR 6.120:2019 - ações para o cálculo de estruturas de edificações; ABNT NBR 6.122:2022 - projeto e execução de fundações; ABNT NBR 15.696:2025 - formas e escoramentos para estruturas de concreto - projeto, dimensionamento e procedimentos executivos; ABNT NBR 12.655:2022 - concreto de cimento Portland - preparo, controle, recebimento e aceitação - procedimento; ABNT NBR 7.211:2022 - agregados para concreto - requisitos; ABNT NBR 11.768-1:2019 - aditivos químicos para concreto de cimento Portland; ABNT NBR 16.834:2020 - concreto — determinação da variação dimensional (retração ou expansão linear); ABNT NBR 7.480:2024 -

ação destinado às armaduras para estruturas de concreto armado - requisitos; ABNT NBR 15.575-1:2025 - edificações habitacionais — desempenho; ABNT NBR 15.575-2:2013 - edificações habitacionais — desempenho; ABNT NBR 15.575-3:2021 - edificações habitacionais — desempenho; ABNT NBR 15.575-4:2025 - edificações habitacionais — desempenho; ABNT NBR 13.281-1:2023 - argamassas inorgânicas — requisitos e métodos de ensaios; ABNT NBR 13.281-2:2023 - argamassas inorgânicas — requisitos e métodos de ensaios; ABNT NBR 13.749:2013 - revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas - especificação; ABNT NBR 13.245:2011 - tintas para construção civil — execução de pinturas em edificações não industriais — preparação de superfície; ABNT NBR 15.079-1:2025 - tintas para construção civil - requisitos mínimos de desempenho; ABNT NBR 15.079-2:2025 - tintas para construção civil - requisitos mínimos de desempenho; ABNT NBR 10.998:1987- tinta de acabamento acrílica à base de solventes orgânicos - especificação; ABNT NBR 5.410:2004 - instalações elétricas de baixa tensão - versão corrigida 2008; ABNT NBR 13.570:2021 - instalações elétricas em locais de afluência de público — requisitos específicos; ABNT NBR 15.465:2025 - sistemas de eletrodutos plásticos para instalações elétricas de baixa tensão — requisitos de desempenho.

IV.6 - Unidades de medida: foram definidas conforme as normas técnicas e de acordo com as unidades constantes nas composições de custos unitários dos sistemas de referência de preços utilizados, em conformidade com os quantitativos do projeto executivo.

IV.7 - Obrigações do contratante:

IV.7.1 - Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao(s) serviço(s) contratado(s) que venham a ser solicitados pela contratada, sempre que possível e viável.

IV.7.2 - Proporcionar à contratada todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.

IV.7.2.1 – Dentre as facilidades identificadas, se encontram no prédio o armazenamento de água potável e o fornecimento de energia elétrica, devendo a contratada e a fiscalização adotarem as medidas necessárias para evitar o mal uso das instalações prediais.

IV.7.2.1.2 - O TRE-RJ adotará as providências necessárias para remover as instalações prediais, notadamente as de instalações elétricas, no espaço que abriga os serviços cartoriais, bem como consignar e dar o destino adequado ao material retirado.

IV.7.2.1.3 - Este Regional providenciará, ainda, o espaço necessário para que a contratada execute e instale um quadro elétrico específico para os equipamentos a serem utilizados na obra.

IV.7.3 - Permitir acesso da contratada e de seus auxiliares às dependências do TRE-RJ relacionadas à execução do(s) serviço(s), mediante acompanhamento e supervisão das respectivas áreas técnicas do contratante.

IV.7.4 - Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a contratada possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste projeto básico.

IV.7.5 - Exercer o acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos da Lei 14.133/2021.

IV.7.6 - Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

IV.7.7 - Franquear o acesso dos funcionários da contratada a banheiro existente.

IV.8 - Obrigações da contratada:

IV.8.1 – Perante os conselhos profissionais, a contratada deverá comprovar a adoção das seguintes providências:

IV.8.1.1 - Apresentar cópia da Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), emitida pelo CREA-RJ/CAU, devidamente quitada, em até 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, relativa aos serviços a serem executados, bem como nas renovações e na substituição do responsável técnico, desde que mantida a qualificação técnica ou que seja superior à anteriormente apresentada na qualificação para a licitação.

IV.8.1.2 - Na hipótese do profissional designado para o acompanhamento dos serviços não ser o mesmo profissional apresentado na Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica principal como responsável técnico, a contratada deverá apresentar a cópia da ART/RRT, emitida pelo CREA-RJ/CAU, devidamente quitada, do Engenheiro ou Arquiteto designado para exercer o acompanhamento da execução dos serviços.

IV.8.1.3 - A contratada, sendo de outro estado da Federação, deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias contados da assinatura do contrato e devidamente assinado pelas partes, o “visto” do CREA do estado do Rio de Janeiro.

IV.8.2 – Apresentar a documentação comprobatória de cumprimento do que dispõem os procedimentos e as normas gerais de tributação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições destinadas a outras entidades ou fundos voltados para a arrecadação das contribuições pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), conforme assevera sua Instrução Normativa RFB 2026/2021, em especial, o Cadastro Nacional de Obras - CNO.

IV.8.3 – Cabe à contratada fornecer a planilha sintética dos insumos a qual deu origem à planilha de formação de preços que integra a proposta, sendo que:

IV.8.3.1 - A planilha sintética dos insumos deverá ter sua apresentação respeitando a mesma estrutura analítica de serviços apresentada na planilha orçamentária de referência.

IV.8.3.2 - A planilha sintética dos insumos deverá ser entregue à fiscalização em meio eletrônico e impressa, assinada por responsável técnico da contratada devidamente identificado no documento, acompanhado de número do seu registro em conselho profissional pertinente.

IV.8.3.3 - Havendo divergências entre os valores constantes da planilha sintética dos insumos e a planilha de formação de preços que integrou a proposta comercial, prevalecerá o disposto na planilha de formação de preços, cabendo à contratada a correção de suas considerações no preenchimento da planilha.

IV.8.4 – Procedimentos comportamentais e atitudinais esperados dos integrantes da contratada:

IV.8.4.1 - Manter seu pessoal identificado com crachás munidos de fotografia recente, e provido dos equipamentos de proteção individual adequados.

IV.8.4.2 - Manter a disciplina nos locais dos serviços, e responsabilizar-se pelo seu cumprimento, por parte de seus empregados, em conformidade com as normas disciplinares determinadas pelo contratante.

IV.8.4.3 - Substituir qualquer empregado cujo comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços, contrário ao interesse do serviço público, ou que embaraçar ou dificultar a fiscalização, no prazo máximo de 24h a contar da ciência do comportamento do prestador pela contratada.

IV.8.4.4 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

IV.8.4.5 - Observar conduta adequada na utilização e guarda dos materiais e equipamentos durante a prestação dos serviços, tudo sob sua inteira responsabilidade.

IV.8.4.6 - Atender às Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho principalmente no que se refere ao fornecimento e fiscalização do uso de equipamentos de segurança individual (EPI) e coletiva, por imprescindíveis que são à execução dos serviços. A empresa será penalizada pelo eventual não cumprimento dessa obrigação.

IV.8.4.7 - Assegurar as condições de segurança do trabalho da fiscalização do contratante.

IV.8.5 – Quanto aos aspectos fiscais e tributários:

IV.8.5.1 - Apresentar documentos que comprovem sua regularidade fiscal por ocasião do faturamento no decorrer do contrato ou em outras ações de obrigações contratuais, devendo apresentar ao contratante as certidões de regularidade com o INSS e o FGTS e demais certidões solicitadas.

IV.8.5.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas na licitação, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

IV.8.6 - Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos em contrato, sempre se antecipando às necessidades.

IV.8.7 - Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitando todas as cláusulas e condições estabelecidas.

IV.8.8 - Comunicar imediatamente qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços, dando ciência à fiscalização, por escrito, para a adoção das providências cabíveis.

IV.8.9 - Dar imediato conhecimento ao contratante sobre autuações ou notificações porventura lavradas por fiscalização de órgão público ou de suas concessionárias, bem como sobre erros ou omissões, relativas aos serviços sob sua responsabilidade técnica.

IV.8.10 - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela fiscalização, em tempo nunca superior a 2 (dois) dias úteis, salvo por motivo devidamente justificado.

IV.8.11 - Solicitar à fiscalização os esclarecimentos ou as definições eventualmente não explicitadas no projeto básico e em seus anexos.

IV.8.12 - Fornecer e afixar placas sobre a execução dos serviços, contemplando a responsabilidade e a corresponsabilidade técnica, nos moldes e dimensões estabelecidos pelos respectivos conselhos profissionais pertinentes, bem como as indicadas pela Prefeitura da Cidade de Bom Jesus de Itabapoana.

IV.8.13 - Executar a correção dos serviços que não tenham sido realizados nos termos da presente especificação.

IV.8.14 - Limpar diariamente as áreas em que os serviços forem executados mediante varrição do local e a coleta de resíduos. A inobservância dessa obrigação ensejará a empresa a ser penalizada pelo não cumprimento.

IV.8.15 - Iniciar os serviços de campo somente após o recebimento da ordem de serviço (OS - id. 4541820) a ser emitida pela fiscalização.

IV.8.16 - Ajustar, em conjunto com a fiscalização, o cronograma de execução, de modo que sejam considerados os dias e horários de expediente de trabalho deste órgão, buscando mitigar os impactos nas áreas de vivência e comuns da edificação coabitada por outros usuários.

IV.8.17 - Cotejar, em conjunto com a fiscalização, os níveis de poeira, ruído e os impactos produzidos às partes interessadas, as quais deverão ser previamente identificadas, incluindo-se os usuários vizinhos.

IV.8.18 - Assumir todas as responsabilidades relativas aos seus empregados, e tomar as medidas necessárias ao pronto atendimento daqueles porventura acidentados ou acometidos de mal súbito, nos termos das recomendações do Ministério da Saúde.

IV.8.19 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução de contrato.

IV.8.20 - Responsabilizar-se por todos os eventuais impostos, taxas, licenças e registros em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários.

IV.8.21 - Responsabilizar-se por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o contratante de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

IV.8.22 - Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo fornecimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes aos serviços prestados, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos ao contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

IV.8.23 - Compete à contratada a elaboração de projeto "as built", também conhecido "como construído", ao longo de toda a execução da obra e de seus serviços, de modo que, ao final, em sua última contraprestação, seja capaz de repercutir posições geométricas e dimensões de todos os elementos constituintes de estruturas de concreto armado e das instalações prediais contidos no escopo de seus trabalhos.

IV.9 - Além das cláusulas usuais a todo contrato, estabelecidas pelo art. 89 da Lei 14.133/2021, sugere-se a inclusão das seguintes:

IV.9.1 - A assinatura do presente contrato implica a concordância da contratada com o conteúdo do projeto básico e de todos seus anexos – orçamentos, desenhos, especificações, memoriais e estudos

técnicos preliminares, inclusive dos quantitativos indicados nas peças.

IV.9.2 - Deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art.125 da Lei 14.133/2021. (em atendimento ao inciso II, do art.13, do decreto 7.983/2013).

IV.9.3 - Por se tratar de empreitada por preço unitário, e considerado o curto prazo de execução, não haverá pagamento de etapas parcialmente concluídas. Os pagamentos somente serão autorizados quando todo escopo da etapa estiver concluído.

IV.9.4 - Sugere-se, ainda, a inclusão no edital da seguinte cláusula: "é irregular a admissão de proposta ofertada pelo licitante contendo especificações de serviços e respectivas quantidades destoantes do orçamento-base da licitação. Caso o licitante identifique erro de quantitativos no orçamento-base ou ausência de insumos essenciais à execução do objeto, deve impugnar os termos do edital de licitação".

IV.9.5 - Para a hipótese de celebração de aditivos contratuais, o preço dos serviços contratados ou novos será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos artigos 14 e 15 do Decreto 7.983/2013, e na forma da orientação do TCU constante no Acórdão 2.440/14 - Plenário.

IV.10 - Prazo de Vigência:

IV.10.1 - O prazo estimado para a vigência do contrato é de 60 dias.

IV.10.2 - O prazo estimado para a execução do objeto é de 10 dias.

IV.10.2.1 - A fase de execução pressupõe que todos os recursos já se encontrem alinhados e disponíveis, baseados nas premissas e restrições do projeto estrutural detalhado, de responsabilidade do licitante contratado, e relativo, especificamente, à recuperação do trecho no contexto estrutural da edificação.

IV.11 - O cronograma por etapas principais das obras e serviços se encontra no anexo I-D - id. 4510358.

IV.12 - Subcontratação: não há previsão de subcontratação permitida para os serviços contratados.

IV.13 - Disponibilidade de espaço em condição contratual regular:

IV.13.1 - Segundo informado pela Seção de Gestão de Imóveis, conforme se verifica pelo vigente termo de cessão de parte de imóvel, id. 3207542, o histórico da desocupação do espaço pelo TRE/RJ tramita no protocolo 2023.0.000025601-0, onde se encontram registradas as tratativas entre este Regional e demais órgãos mediante consulta voltada para a cessão de espaço.

IV.14 - Da garantia:

IV.14.1 - Conforme consta do id. 4954571 e do id. 4962518, processo administrativo 2024.0.000040265-0, foi excluída a previsão de garantia de execução.

IV.14.2 - Segundo a justificativa apresentada no id. 4954571, em apertada síntese, trata-se de garantia facultativa ("a critério da autoridade competente") e, além disso, a presente contratação envolve baixo risco e pequena monta, razões pelas quais o custo burocrático e financeiro gerado pela exigência poderia superar o benefício e prejudicar a vantajosidade da proposta.

V - DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES PELA CONTRATADA

V.1 - A contratada, após a assinatura do contrato, deverá entregar à fiscalização:

V.1.1 - A ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, junto ao CREA-RJ, ou o RRT - Registro de Responsabilidade Técnica, junto ao CAU-RJ, referente à(s) responsabilidade(s) técnica(s) do(s) profissional(is) responsável(is) pela execução das obras e serviços.

V.1.2 - A comprovação de inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO), junto à Receita Federal.

V.1.3 - O cronograma de execução, incluindo os diagramas PERT/CPM com a indicação do caminho crítico, respeitando as etapas previstas no cronograma físico estimativo constante do id. 4510358 - anexo I-D.

V.1.4 - A planilha analítica dos insumos e serviços com o preço da proposta vencedora será definida a partir da planilha de orçamento contendo as composições sintéticas da Administração, por intermédio da qual o licitante vencedor deverá indicar os seus preços unitários e totais, juntamente com a composição dos encargos sociais e a sua taxa de bonificação e despesas indiretas (BDI).

V.1.4.1 - A planilha sintética dos insumos e serviços deverá ter a sua apresentação respeitando-se a estrutura analítica do projeto (EAP) originariamente indicada na planilha orçamentária de referência (id. 4711328).

V.1.4.2 - Havendo divergências entre os valores constantes da planilha sintética de insumos e serviços e a planilha de formação de preços que integrou a proposta comercial, prevalecerá o disposto na planilha de formação de preços, cabendo à contratada a correção da planilha sintética dos insumos e serviços.

V.1.4.3 - Cabe à contratada assegurar que os preços dos itens constantes de sua "planilha de formação de preços" sejam os mesmos preços correspondentes aos da planilha sintética dos insumos e serviços contendo o preço da sua proposta vencedora, devendo-se prevalecer, na hipótese de discordância, o preço originariamente proposto, na forma da planilha orçamentária sintética, para cada item de sua "planilha de formação de preços".

V.2 - A documentação indicada nesta seção deverá ser entregue em até 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

V.3 - Os documentos deverão ser assinados digitalmente (de extensão pdf) e igualmente entregues em meio digital (arquivo do software de origem, bem como os de extensão dwg ou ifc).

V.3.1 - Referida documentação deverá ser entregue na Coordenadoria de Engenharia, situada na av. Presidente Wilson, 194 - 5º andar, no horário de 11h às 19h, ou através de mensagem eletrônica para o endereço eletrônico < coeng@tre-rj.jus.br >.

V.4 - Os documentos serão analisados, assim como aprovados ou rejeitados, motivadamente pela fiscalização, em até 10 dias úteis. O contratante deverá notificar a contratada da aprovação ou rejeição do(s) documento(s), devendo a fiscalização indicar os pontos a serem corrigidos no caso de rejeição.

V.5 - A contratada deve atentar-se para os prazos de ajuste de documentações, registros e demais documentações técnicas indicados pela fiscalização.

V.6 - A expedição do documento intitulado "ordem de serviços", destinado, sobretudo, para indicar formalmente o início efetivo das obras e serviços, dar-se-á somente após a entrega e o aceite de toda a documentação relacionada nesta seção.

V.7 - O início das obras de recuperação de pilar de concreto armado demolido por este mesmo TRE-RJ não exige licenciamento municipal por se tratar de obras de recuperação estrutural interna. Porém, o TRE-RJ deverá manter o estado do RJ informado, na condição de cedente do espaço.

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

VI.1 - Os atores que participarão da gestão do contrato são os seguintes:

VI.1.1 - Gestor(a) do contrato(a): Lilian Paula Valente da Silva - Assessor de Suporte e Fiscalização aos Serviços de Engenharia - Coeng. E-mail: < lilian.silva@tre-rj.jus.br >. Telefone: 3436-8332.

VI.1.2 - Gestor(a) substituto(a): Melina Moreira Amato Kneip - Assessora Técnica. E-mail: < melina.kneip@tre-rj.jus.br >. Telefone: (21) 3436-8099.

VI.1.3 - Fiscal do contrato: Artur Hallack Ladeira - E-mail: < artur.hallack@tre-rj.jus.br >. Telefone: (21) 3436-8332.

VI.1.4 - Fiscal substituto: Jacemir Barbosa Ribeiro - E-mail: < jacemir.ribeiro@tre-rj.jus.br >. Telefone: (21) 3436-8191.

VI.2 - Preposto e responsável técnico:

VI.2.1 - A empresa, logo após a assinatura do contrato, deverá indicar o seu preposto, o qual será o responsável pela interlocução com a contratante, devendo observar os regramentos ora estabelecidos. O preposto deverá ser, preferencialmente, o responsável técnico pela execução dos serviços, o qual, ou a qual, terá graduação e habilitação em engenharia civil ou arquitetura.

VI.2.2 - O preposto deverá se manter comunicação permanente com o contratante, notadamente a fiscalização, por intermédio de telefones fixos, celulares, e-mails, ou aplicativos de mensagens.

VI.2.3 - Na hipótese de embaraços e dificuldades na comunicação com o preposto, a contratada deverá nomear, imediatamente, novo preposto, apto a interagir com o órgão contratante, assim como tomar todas as decisões necessárias ao perfeito cumprimento de suas obrigações contratuais.

VI.2.4 - A contratada deverá informar previamente à fiscalização do contrato a necessidade de mudança das indicações contidas no subitem anterior, de forma a não haver interrupção na comunicação entre as partes. Em casos imprevisíveis, a comunicação deverá ser efetuada imediatamente após à constatação da ocorrência.

VI.2.5 - O preposto não importará, em nenhuma hipótese, em ônus adicional ao órgão contratante.

IV.2.6 - O preposto deverá ter capacidade para gerenciamento administrativo e técnico, bem como capaz de gerenciar o canteiro de obras, tudo sempre visando a dar celeridade nos contatos com o representante da Administração durante a execução do contrato, a emissão de relatórios e de orçamentos que forem solicitados pelo contratante a qualquer tempo.

VI.2.7 - O preposto deverá comparecer nas instalações do contratante periodicamente, ou sempre que solicitado, em tempo hábil para tratar com a fiscalização do contrato, exclusivamente, de assuntos técnicos e administrativos referentes ao contrato. O contratante fixará o prazo para o comparecimento do preposto, quando solicitada a sua presença, o qual não será inferior a 24 (vinte quatro) horas ininterruptas.

VI.2.8 - O preposto deverá providenciar todas as documentações solicitadas pela fiscalização que sejam relacionadas à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais.

VI.3 - A comunicação entre cada um dos responsáveis pela fiscalização do contrato e a contratada será, preferencialmente, via endereços eletrônicos e por telefones, ou por meio de notificações, atas e outros meios hábeis que tenham registro por escrito.

VI.4- Não se aplicam os parâmetros de aferição através de Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

VI.5 - Por não se tratar de serviço continuado, o contrato não poderá ser prorrogado, salvaguardados os fatos supervenientes devidamente comprovados.

VI.6 - Quanto à metodologia de fiscalização e controle do contrato: não obstante a contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o contratante se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo, para tanto:

VI.6.1 - Solicitar à contratada a correção de qualquer serviço que não seja realizado nos termos da presente especificação.

VI.6.2 - Solicitar à contratada que observe, ao longo da execução de qualquer serviço, a perfeita conservação de pertences, equipamentos ou instalações da contratante.

VI.6.3 - Notificar a contratada do descumprimento de quaisquer obrigações contratuais.

VI.6.4 - Ordenar a imediata retirada do local do prestador de serviço do contratado que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou que, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

VI.6.5 - Notificar a contratada da eventual conduta inadequada dos prestadores de serviços.

VI.6.6 - A fiscalização técnica da contratante não exime a contratada da integral responsabilidade sobre os serviços contratados.

VI.6.7 - A fiscalização deverá aceitar provisoriamente os serviços prestados, desde que executados satisfatoriamente e em estreita observação às especificações técnicas deste projeto básico, sobretudo em seus anexos, ou poderá rejeitá-los motivadamente, quer seja parcialmente, quer seja integralmente, mas sempre indicando as suas razões e orientando a contratada quanto às correções necessárias ao cumprimento do ora avençado.

VI.7 - Será verificada a conformidade das obras e serviços, de acordo com o projeto executivo (item 007001 - 01.050.0035-A - EMOP do orçamento) e com a especificação técnica, incluindo o controle de qualidade de serviços e materiais, tais como a comprovação de aplicação de microconcreto de alta resistência e alta fluidez (graute) antes de seu prazo de validade, observando-se, ainda, o cronograma físico fornecido pela contratada, as normas técnicas e regulamentadoras brasileiras aplicáveis, incluindo-se as de saúde e de segurança do trabalho, assim como o cumprimento das demais obrigações envolvidas com a obra, no âmbito jurídico, financeiro, ambiental e social.

VII - MEDIÇÕES

VII.1 - As medições serão realizadas somente após a conclusão integral das obras e serviços, conforme cronograma físico (anexos I-D).

VII.2 – É indispensável registrar todos os atos necessários ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços, de modo que as consignações oportunizem eventuais correções ou mesmo a evidenciação de perfeito andamento dos trabalhos.

VII.3 - O regime licitatório da contratação por execução indireta será de acordo com as regras específicas para a empreitada por preço unitário.

VII.4 - O pagamento dos encargos contratados serão realizados por preço unitário, com as liquidações dos serviços, notadamente que tenham sido satisfatoriamente executados, a serem realizadas somente após o término integral das obras e serviços de cada etapa prevista no cronograma físico (id. 4510358), devendo correr por conta e risco da contratada os casos em que eventualmente ocorrerem pequenas omissões de serviços ou variações quantitativas de itens no projeto executivo contratado.

VII.5 - Pequenas variações quantitativas nos itens de serviços executados, em comparação com o previsto na planilha orçamentária, não repercutem na necessidade de termo aditivo corretivo, devendo tal risco ser suportado pela contratada mediante liquidação correspondente à exata etapa e ao respectivos valores previstos no cronograma físico.

VII.5.1 - Serão consideradas pequenas variações quantitativas correspondentes ao presente dispositivo as imprecisões de quantidades, quer sejam para mais, quer sejam para menos, de até 15% (quinze por cento) entre as quantidades do item de serviço executado e as quantidades previstas na planilha orçamentária.

VII.5.2 - Variações quantitativas superiores a 15% (quinze por cento) poderão ser objeto de termo aditivo corretivo, devendo-se corrigir e pagar somente as quantidades que ultrapassarem os limites previstos, desde que:

VII.5.2.1 - As variações não importem a extrapolação do limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global atualizado do contrato.

VII.5.2.2 - As variações quantitativas não resultem em redução da diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência em favor do contratado.

VII.5.2.3 - Não estejam as eventuais variações quantitativas compensadas pela redução de outros quantitativos de itens de serviços que tornem o valor global do contrato compatível com o do mercado.

VII.5.2.4 - Inexistam elementos de prova hábeis a considerar que a contratada era sabedora, antes da assinatura do contrato, de eventual erro em quantidades estimadas.

VII.5.2.5 - Pequenas omissões de serviços na planilha orçamentária, porém necessários ao adimplemento do projeto, não incorrerão na necessidade de inclusões de itens que digam respeito a tais omissões na planilha orçamentária.

VII.6 - Para efeitos deste dispositivo, serão consideradas pequenas omissões a ausência de itens de serviços da planilha orçamentária os quais digam respeito às obrigações e encargos previstos no projeto básico, mas que não se encontram representados na planilha orçamentária, desde que os preços dos itens eventualmente omitidos não ultrapassem 2% (dois por cento) do valor total inicial do contrato.

VII.7 - Os casos de pequenas incongruências entre a especificação constante do item de serviço da planilha orçamentária e a especificação do projeto básico serão integralmente suportados pela contratada, às suas expensas, sem que importem na necessidade de prolação de termo aditivo, desde que executados nas exatas condições determinadas pelo projeto básico, cujas evidências permitirão a liquidação do valor correspondente à etapa correlata prevista no cronograma físico.

VII.8 - São definidas como pequenas incongruências entre a especificação técnica do item de serviço da planilha orçamentária e as obrigações constantes do projeto básico, ou as descrições dos itens de planilha orçamentária que se verifiquem ser diferentes do que determina o projeto executivo contratado, desde que a variação do preço total destes itens não ultrapasse a 2% (dois por cento) do total inicial do contrato.

VII.9 - Eventuais alterações justificadas no projeto executivo e nas especificações técnicas das obras ou dos serviços repercutem na necessidade de prolação de termo aditivo para que se proceda a respectiva correção.

VIII - RECEBIMENTO DA OBRA

VIII.1 – De acordo o disposto no art. 140 da Lei 14.133/2021, por tratar a presente licitação da contratação de obra, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações deste termo de referência, o objeto do contrato será recebido:

VIII.1.1 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e financeiro, em até 10 dias úteis da comunicação da contratada, desde que não haja pendências a serem sanadas.

VIII.1.2 - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 20 dias da emissão do recebimento provisório.

VIII.1.3 - Se, eventualmente, for detectado problema na execução das obras e serviços, a contratada será notificada pela fiscalização para providenciar as correções que deverão ocorrer no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

VIII.1.4 - Nada havendo para se corrigir, ou após as eventuais exigências contratuais e de especificações técnico-normativas satisfatoriamente corrigidas, estando, portanto, o objeto em perfeitas condições previstas neste projeto básico e em seus anexos, a comissão de recebimento definitivo adotará as providências necessárias para a emissão do termo de recebimento definitivo.

XIX - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

IX.1 - O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro pagará à contratada o valor integral de cada etapa, se concluída satisfatoriamente, de acordo com o cronograma físico estabelecido pelo id. 4510358 - anexo I-D - no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do atesto da nota fiscal/fatura, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

IX.2 - A contratada deverá apresentar, nota fiscal/fatura para liquidação e pagamento da despesa, após a conclusão integral da etapa e respectivo aceite da fiscalização, em conformidade com as etapas previstas no cronograma físico financeiro apresentado pela contratada.

IX.2.1 - A nota fiscal eletrônica ou fatura emitida pela contratada deve conter a razão social do TRE-RJ, seu CNPJ, a data de emissão, o período de referência e a descrição do material fornecido ou serviço prestado, o número do contrato, o valor bruto e os tributos aplicáveis.

IX.2.2 - Quando a contratada for optante pelo Simples Nacional, para que não sofra a retenção de

tributos prevista na legislação, deverá ser apresentada, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração de inscrição no Simples Nacional, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB nº 1.234/12, com redação dada pela IN RFB nº 1.244/12.

IX.3 - A nota fiscal será atestada no prazo máximo de 1 dia útil a contar do recebimento definitivo do serviço.

IX.4 - Será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada para fins de pagamento.

IX.5 - Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.

IX.6 - No caso de atraso no pagamento provocado, exclusivamente, pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

X - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

XI. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA OBRA (art. 6º, XXIII, “J”, da Lei n. 14.133/2021)

X.1 - Forma de seleção do fornecedor:

X.1.1 - Trata-se de uma obra comum.

X.1.1.1 - A obra, objeto deste projeto básico, será executada mediante o regime de empreitada por preço unitário.

X.1.1.2 - A obra será contratada mediante licitação, na modalidade pregão eletrônico.

X.1.1.3 - A obra será contratada em sua forma eletrônica.

X.2 - Critérios de seleção do fornecedor:

X.2.1 - As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhistas estarão previstas em edital, conforme disposto nos artigos 66 e 68 da Lei nº 14.133/2021.

X.2.2 - Os critérios de qualificação econômico-financeira estarão previstos no edital, conforme disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/2021.

X.2.3 - Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os estabelecidos no item X.7 deste Termo.

X.3 - Vistoria:

X.3.1 - Os interessados poderão realizar visita técnica no local de execução dos serviços, mediante agendamento prévio com a Coordenadoria de Engenharia [telefone: (21) 3436-8083], ou via e-mail coeng@tre-rj.jus.br, no horário compreendido entre 12h e 17h, a fim de tomar conhecimento de todas as peculiaridades e do grau de dificuldade relativos à execução do objeto. Embora facultativa, a vistoria é recomendável, motivo pelo qual os interessados poderão observar, no local, as premissas e restrições existentes, assegurando-se das respectivas condições de trabalho e de acesso. Desse modo, oportuniza-se que as propostas dos interessados contemplem as condições adequadas de planejamento e de exequibilidade mediante as considerações de escopo, de prazos de execução e de custos dos serviços. O interessado que não vistoriar os locais assumirá todos os ônus referentes ao não conhecimento de

informações passíveis de serem adquiridas a partir dessa vistoria, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer desconhecimento posterior para a realização do serviço.

X.4 - Critérios de aceitabilidade:

X.4.1 - Para efeitos de critério de aceitabilidade de preço global, tem-se que o limite máximo global é o valor total da planilha orçamentária contendo o preço da Administração - id. 4711244, id. 4711328 e id. 4711346 (anexos I-C, I-F e I-G, respectivamente).

X.4.2 - Para efeitos de critério de aceitabilidade de preços unitários, tem-se que o limite máximo de cada item é o valor do seu correspondente na planilha orçamentária analítica (anexo I-F).

X.5 - Critério de julgamento:

X.5.1 - O critério de julgamento da proposta será o menor preço global.

X.5.2 - Além da proposta comercial, o licitante deverá encaminhar a planilha de formação de preços (anexo I-I - id. 4711370) e a planilha de composição do BDI do licitante (anexo I-J - id. 4711377).

X.5.3 - As planilhas deverão ser entregues digitalizadas, datadas e assinadas pelo responsável técnico por sua elaboração, devidamente identificado com o nome e número do registro no conselho profissional pertinente.

X.5.4 - Os valores expressos na planilha de formação de preços (anexo I-G) deverão contemplar as perdas inerentes à execução dos serviços, não sendo admitido o aumento dos quantitativos constantes das planilhas orçamentárias as quais compõem o preço da Administração.

X.5.5 - É vedado modificar, acrescentar ou retirar itens, bem como alterar as quantidades da "planilha de formação de preços" disponibilizada.

X.5.6 - Nos valores unitários expressos na "planilha de formação de preços" deverão ser computados todos os custos incidentes na composição do item, os quais deverão constar na "planilha analítica dos insumos e serviços", a ser apresentada pela contratada para a fase de execução, conforme disposto nas "obrigações da contratada".

X.6 - Adjudicação:

X.6.1 - A adjudicação será global.

X.7 - Habilitação técnica:

X.7.1 - Habilitação técnica operacional - comprovação de aptidão para a prestação dos serviços com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

X.7.1.1 - Registro do interessado na entidade profissional competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

X.7.1.2 - Para efeitos de caracterização da pertinência e compatibilidade da atividade, consideram-se como relevantes a prestação dos seguintes serviços: execução de estruturas de concreto armado.

X.7.1.3 - A comprovação de aptidão para a prestação destes serviços dar-se-á mediante a

apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

X.7.1.3.1 - Execução de estruturas de concreto armado em volume mínimo de 0,5m³.

X.7.1.3.3 - Execução de fôrmas de concreto armado em área mínima de 1m².

X.7.2 – Qualificação técnica profissional, cuja comprovação será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

X.7.2.1 - Registro do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), com comprovante de regularidade profissional atualizada.

X.7.2.2 - Certidão de acervo técnico, em nome do responsável técnico, que comprove o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame.

X.7.2.3 - Para efeito de caracterização da pertinência e compatibilidade da atividade, consideram-se como relevantes a prestação de todos os seguintes serviços: execução de estruturas de concreto armado.

X.7.2.4 - A comprovação de vínculo da empresa interessada com o profissional indicado poderá ser demonstrada através da carteira de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social, ou ainda pela certidão de registro do interessado na entidade profissional competente, desde que nesta certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de sua anuência.

X.7.2.5 - Os profissionais detentores dos atestados de responsabilidade técnica solicitados deverão ser responsáveis técnicos dos respectivos serviços, admitindo-se a sua substituição apenas em situações excepcionais, por profissionais com acervo técnico equivalente ou superior, devendo a substituição ter a prévia anuência da Administração.

X.8 - Qualificação econômico-financeira:

X.8.1 - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

X.8.1.1 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

X.8.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), de modo que:

Fórmula dos índices contábeis:

$LG = \text{Liquidez Geral} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$SG = \text{Solvência Geral} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$

$LC = \text{Liquidez Corrente} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

X.8.3 - O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos

índices de LG, SG e LC deverá comprovar que possui (patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

X.8.4 - No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

X.8.5 - Os índices contábeis de qualificação econômico-financeira definidos em edital são os usualmente utilizados pela Administração Pública Federal, conforme previsão constante no art. 22 da instrução normativa da Secretaria de Gestão SEGES 3/2018, bem como atendem às recomendações constantes nas orientações do e. TCU acerca dos riscos e controles para o planejamento da contratação.

Unidade Gestora de Orçamento: Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais.

Classificação: 33.90.39.16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Ação Orçamentária: Julgamento de Causas.

IEF MANPRE - Natureza da despesa 33.90.39.16

CNAE: 4399-1/99.

XII. ALOCAÇÃO DE RISCOS

XII.1 - A planilha de gerenciamento de riscos se encontra no id. 4727862.

XIII. DAS SANÇÕES

XIII.1 - Considerando-se as obrigações constantes do item VI - modelo de gestão - a contratada estará sujeita às sanções decorrentes de eventual descumprimento das regras editalícias.

XIII.2 - As situações que ensejam aplicação de multa são classificadas em graus de gravidade de 1 a 10, para os quais corresponderão valores de multa, em percentuais do valor total do contrato, conforme tabela abaixo:

Grau de gravidade e percentual do valor do contrato

Grau de correspondência	Percentual do contrato
1	0,50%
2	1,00%
3	2,00%
4	3,00%
5	4,00%
6	5,00%
7	10,00%
8	15,00%
9	20,00%
10	30,00%

XIII.3 - São situações passíveis de aplicação de multas por inexecução total ou parcial do objeto do contrato

ou pelo descumprimento de obrigações contratuais:

Hipóteses de aplicação de multas de acordo com o grau de gravidade

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Descumprir quaisquer dos itens do contrato não previstos nesta tabela de multas.	1	Por item e por ocorrência
2	Deixar de promover a correção dos serviços.	2	Por ocorrência e por dia
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	2	Por ocorrência e por dia
4	Destruir ou danificar propriedade do TRE-RJ, por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
5	Descumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização	4	Por dia
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais nas dependências da contratante	10	Por ocorrência

XIII.4 - São situações passíveis de aplicação de multas moratórias por atraso na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual:

Situações passíveis de aplicação de multas por atraso na execução

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Atrasar na conclusão dos serviços	1	Por dia e por ocorrência.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2026.

JACEMIR BARBOSA RIBEIRO
ANALISTA JUDICIÁRIO - ENGENHEIRO(A) CIVIL



Documento assinado eletronicamente em 28/04/2026, às 11:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

LINO RODRIGUES MATTOS DE ANDRADE
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 29/04/2026, às 12:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4964471** e o código CRC **277B300C**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.